



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

*Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP*

Ata da audiência pública sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para elaboração da LOA 2026

A audiência pública sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias que norteará a elaboração da Lei Orçamentária Anual para 2026 foi realizada de maneira remota e conduzida pela secretária-adjunta da Fazenda Municipal Paula Fernanda Sciamarelli, que apresentou e esclareceu o conteúdo do projeto de lei nº 50/2025 de autoria do Poder Executivo. O vídeo da audiência pública foi disponibilizado à população no dia 15 de maio de 2025.

Inicialmente consigne-se que o Edital da Audiência Pública foi publicado na Imprensa Oficial do Município em suas edições de números 3.247, 3.245, 3.244, 3.242, 3.238 e 3.236, no Jornal Gazeta de S. Paulo nos dias 10 e 13 de maio e na página inicial do site da Câmara Municipal. Os vereadores foram convocados pessoalmente, e o público em geral convidado a participar por meio do site www.indaiatuba.sp.leg.br, cujas cópias compõem o procedimento arquivado na Secretaria desta Casa.

Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, às 19h, realizou-se, em ambiente virtual, audiência pública promovida pela Câmara Municipal de Indaiatuba, com o objetivo de apresentar e discutir o Projeto de Lei nº 50/2025, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) do município para o exercício de 2026, em conformidade com a legislação vigente. A audiência foi conduzida sob a presidência do senhor vereador Túlio José Tomass do Couto, presidente da Câmara, que declarou aberta a sessão e passou a palavra ao presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Leandro José Pinto, o qual apresentou a secretária-adjunta da Fazenda, senhora Paula Fernanda Sciamarelli, responsável pela exposição técnica. A senhora Paula Fernanda iniciou sua apresentação contextualizando o ciclo de planejamento orçamentário público, que compreende o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Ressaltou que, por se tratar do primeiro ano de mandato do atual chefe do Poder Executivo, o novo PPA ainda se encontra em fase de elaboração, com prazo de encaminhamento ao Legislativo até agosto de 2025. Por esse motivo, a LDO de 2026 contempla exclusivamente as diretrizes orçamentárias e as metas fiscais, ficando a definição das prioridades e programas de governo para o momento de envio do PPA. Na sequência, a secretária-adjunta detalhou as funções da LDO, destacando sua importância na orientação da elaboração do



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

*Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP*

orçamento e na preservação do equilíbrio entre receitas e despesas públicas. A apresentação abordou ainda os principais instrumentos da LDO, como os critérios para limitação de empenho, o uso da reserva de contingência, as diretrizes para controle de gastos com pessoal, além de mecanismos para acompanhamento e ajustes durante a execução orçamentária. Em seguida, foi apresentado um panorama do cenário macroeconômico nacional e internacional, considerando as variáveis que embasam a elaboração da LDO. Foram destacados o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 3,4% em 2024, a inflação que ultrapassou a meta oficial ao atingir 4,83% no mesmo ano, e a elevação da taxa Selic, que alcançou 14,25% em março de 2025. A alta do dólar, o aumento dos preços dos alimentos e a pressão inflacionária foram apontados como desafios à sustentabilidade fiscal. Também se destacou a menor taxa média de desemprego desde 2012, com índice de 6,6% em 2024, indicando recuperação do mercado de trabalho. A explanação incluiu uma análise crítica da reforma tributária em andamento, cujos impactos preocupam os gestores municipais. A secretária apontou a possibilidade de perdas significativas de arrecadação para municípios como Indaiatuba, em razão da redistribuição das receitas em favor de localidades com menor capacidade econômica, sem contrapartida por parte da União. Foi citado o caso recente da queda de repasse do salário-educação, que gerou uma perda de aproximadamente 45% no valor previsto para 2024, afetando diretamente o financiamento da alimentação escolar. Na parte final da audiência, foram apresentados os dados das metas fiscais para o exercício de 2026. A receita total do município está estimada em R\$ 2.585.000.000,00, sendo previstas despesas de igual montante, de forma a manter o equilíbrio orçamentário. A dívida consolidada líquida está projetada em R\$ 141 milhões, em razão de operação de crédito autorizada junto ao Fonplata para investimentos no Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE). A reserva de contingência prevista equivale a R\$ 11 milhões, correspondentes a 0,5% da Receita Corrente Líquida. O resultado primário foi projetado em valor negativo devido à contabilização de operações de crédito que não impactam a capacidade de pagamento do município, mas indicam investimento com financiamento a longo prazo. A dívida pública do município permanece sob controle, com excelente situação financeira, ausência de atrasos e comprometimento com a gestão fiscal responsável. Adicionalmente, a secretária dedicou uma parte de sua explanação para esclarecer a metodologia utilizada na formulação dos indicadores fiscais, explicando que a definição das metas de resultado primário e nominal segue padrões metodológicos reconhecidos por organismos nacionais e internacionais, como o Tesouro Nacional e o Fundo Monetário Internacional. O resultado primário, explicou, corresponde à diferença entre as receitas e despesas não



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.

CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

financeiras do governo, sendo um importante indicador da solvência fiscal no curto e médio prazo. Já o resultado nominal abrange também os encargos da dívida pública, representando a variação efetiva do endividamento do setor público. Esses resultados são cruciais para avaliar a consistência das políticas fiscais adotadas pelo governo municipal. No tocante ao acompanhamento da execução orçamentária, foi destacado o papel da Secretaria da Fazenda em realizar o monitoramento sistemático das receitas e despesas, com a produção de relatórios bimestrais de execução orçamentária e quadrimestrais de gestão fiscal, em conformidade com os artigos 52 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000. Esses relatórios são apresentados em audiências públicas e disponibilizados no Portal da Transparência, de modo a garantir o controle social e o cumprimento das metas estabelecidas. Além disso, foi ressaltado que o município dispõe de um sistema de controle interno estruturado, cuja atuação é fundamental para a prevenção de desvios e para a melhoria da qualidade do gasto público. A secretária ainda fez menção ao impacto de decisões judiciais sobre o orçamento, lembrando que a municipalidade enfrenta constantemente o desafio de cumprir ordens judiciais que determinam a realização de despesas imprevistas, como fornecimento de medicamentos de alto custo, realização de exames e procedimentos médicos, além de indenizações e precatórios. Essas decisões, apesar de necessárias sob a ótica do direito individual, representam obstáculos ao planejamento financeiro e exigem uma gestão dinâmica e responsável por parte do Executivo. Para mitigar esses impactos, a LDO prevê mecanismos de priorização de despesas obrigatórias e de reavaliação periódica das metas fiscais. Outro aspecto abordado na audiência pública foi a política de investimentos do município. Paula Fernanda destacou que a Prefeitura de Indaiatuba mantém como prioridade os investimentos em infraestrutura urbana, saúde, educação e mobilidade. Para o exercício de 2026, estão previstas obras de ampliação da rede de abastecimento de água, construção de unidades escolares, melhorias em vias públicas, modernização da iluminação pública com lâmpadas de LED, além da continuidade de projetos estruturantes em parceria com o Governo do Estado e organismos internacionais de crédito. Foi salientado que todos os investimentos serão executados com base em estudos técnicos, com foco em eficiência, sustentabilidade e impacto social. Na oportunidade, a secretária também mencionou os esforços da administração em aprimorar os instrumentos de planejamento, gestão e transparência pública. Citou a recente adoção de sistemas informatizados para acompanhamento da execução física e financeira dos programas de governo, a criação de painéis interativos para visualização de dados fiscais e a capacitação contínua dos servidores públicos envolvidos na elaboração e gestão do orçamento. Esses avanços contribuem para uma gestão mais transparente, participativa e orientada para resultados,



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.

CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

em sintonia com as melhores práticas da administração pública contemporânea. Foi destacado ainda o papel do controle externo, exercido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que analisa anualmente as contas municipais e realiza auditorias temáticas e operacionais. A atuação técnica e isenta do órgão de controle contribui para o aprimoramento das políticas públicas e para a correção de eventuais falhas ou distorções na aplicação dos recursos públicos. A secretária reiterou que todas as recomendações e determinações do TCE-SP são rigorosamente observadas pela administração municipal, com a adoção de medidas corretivas sempre que necessário. Durante a fase de perguntas e manifestações dos vereadores e participantes virtuais, foram levantadas questões relacionadas à previsão de gastos com saúde mental, ampliação da rede de creches, investimentos em áreas de lazer nos bairros periféricos, atualização do plano diretor municipal, e estímulo à arrecadação por meio de programas de educação fiscal. A secretária respondeu a cada questionamento com clareza e objetividade, informando que muitos desses temas estão sendo considerados na elaboração do novo Plano Plurianual e que serão devidamente contemplados na LOA, conforme disponibilidade orçamentária. Por fim, a secretária-adjunta reiterou a importância da cooperação entre os poderes Executivo e Legislativo na construção do orçamento público. Afirmou que o planejamento participativo é essencial para assegurar que as decisões orçamentárias reflitam as reais necessidades da população, promovendo o desenvolvimento sustentável e o bem-estar coletivo. Encerrou sua fala reafirmando o compromisso da Secretaria da Fazenda com a transparência, a responsabilidade fiscal e a excelência na gestão dos recursos públicos. Encerrada a apresentação técnica e respondidas todas as perguntas, o presidente da Câmara Municipal, vereador Túlio José Tomass do Couto, agradeceu à secretária Paula Fernanda Sciamarelli pela exposição detalhada e pela dedicação da equipe da Secretaria da Fazenda. Parabenizou também os demais vereadores e cidadãos que acompanharam a audiência, ressaltando que a participação social é um pilar da democracia e da boa governança. Lembrou que o Projeto de Lei nº 50/2025 tramitará nas comissões permanentes da Casa antes de ser submetido à votação em plenário, convidando a população a acompanhar os debates e a se manifestar por meio do canal institucional da Câmara Municipal de Indaiatuba <https://indaiatuba.sp.leg.br/transparencia/audiencia-publica>. Nada mais havendo a tratar, a audiência pública foi oficialmente encerrada às 21h15. Lavrou-se a presente ata por mim, David da Cunha Boal Júnior, secretário designado, documento que vai subscrito por quem de direito, registrado e arquivado na forma regimental, permanecendo acessível ao público nos meios

4



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

*Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP*

digitais desta Câmara, garantindo assim a transparência dos atos administrativos e o pleno exercício do direito à informação.

Dr. Túlio José Tomass do Couto

Presidente da Câmara Municipal de Indaiatuba

Leandro Pinto

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Obras e Serviços Públicos
Presidente da Comissão de Justiça e Redação

Sérgio José Teixeira

Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social

Hélio Alves Ribeiro

Presidente da Comissão de Segurança e Trânsito